

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA FEDERAL Nº 800/2019

CNARH: 70.0.0000950/29

PORTARIA Nº 1191/2019

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 01671795/2019, de OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA FEDERAL, a COOPERATIVA AGROPECUARIA DE SENADOR POMPEU LTDA COSENA, CPF/CNPJ 07.729.312/0001-80 nos seguintes termos:

I – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO		
1 - Denominação da fonte: Açude Patu		
2 - Capacidade da fonte: 659,60 //s		
3 - Bacia: Banabuiú		Sub-bacia:
4 - Município: Senador Pompeu	Distrito: Senador Pompeu	Localidade: Senador Pompou
5 - Coordenadas do local de captação ou centro da área do espelho: UTM: 9382984 N/455144 E		
II - ELEMENTOS DA OUTORGAO		
1 - Período de validade da outorga - <u>04 anos</u> - (31 de julho de 2019 a 31 de julho de 2023)		
2 - Local de uso: Senador Pompeu		
3 - Volume outorgado: 182/50m³/ano	Área de espelho: m²	
4 - Vazão outorgada: 0,08 /s	Vazão contínua: 0,011/s	
5 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 6 horas/dia 2 dias/semana		ASS
6 - Finalidade do uso da água: industrial		
III – ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA		

- 1 A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.
- 2 A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.
- 3 O outorgado tem prazo de 06 (seis) meses, para instalar hidrômetro e tubo guia em caso de captação em poço.
- 4 Esta outorga terá realocação de água anualmente em função da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.
- 5 O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga,

6 – Em se tratando de abastecimento humano é necessário o tratamento da água.

7 – A outorga deverá ser renovada sistematicamente, com 03 (três)/meses antes de expirar o prazo da vigência, garantido assim, o seu direito de acesso à água/.

8 – Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 31 de julho de 2019.

Ramon Mávio Gomes Rødrigues

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna dos Recursos Hídricos